

Autoetnografias dialogadas de feministas negras: experiências de docentes negras em programas de pós-graduação

*Joselina da Silva*¹

*Maria Simone Euclides*²

Resumo

Realizamos estudos e escritas à luz das teorias sobre autoetnografia. Temos buscado discorrer numa perspectiva feminista negra e dialogada constituída a partir de duas vozes que conduzem um ecoar para além dos âmbitos individuais. Nossas reflexões têm sido, com maior ênfase, nos âmbitos das teorias sobre mulher e ciência, racismos diversos e desigualdades de gênero e raça. De modo específico, o ambiente de atuação das professoras doutoras negras, vem sendo nosso locus de análises e problematizações. Neste texto, temos por intenção, trazer algumas de nossas experiências e experienciar sobre mulher negra e ciência evidenciando como os marcadores de raça e racismo influenciam em nossas respectivas trajetórias como docentes pesquisadoras. Sendo assim, buscamos dar pistas e visibilidade aos desafios enfrentados nestas travessias, bem como nossas táticas de agenciamentos. Assim, é nosso objetivo apresentar, a partir da autoetnografia feminista negra e dialogada, fazeres, epistemes e práxis realizadas por nós: professoras doutoras negras em programas de pós-graduação.

Palavras-chave: Autoetnografias negras. Mulheres. Ciência. Pós-graduação.

Dialogued autoethnographies of black feminists: experiences of black professors in graduate programs

Abstract

We have been carrying out studies and writings in the light of theories on autoethnography. We have sought to discuss a black feminist perspective and dialogue constituted from two voices that lead an echo beyond the individual spheres. Our reflections have been, with greater emphasis, in the areas of theories about women and science, diverse racisms and gender and racial inequalities. Specifically, the working environment of black PhD professors has been our locus of analysis and problematization. In this text, we intend to bring some of our experiences and experiencing about black women and science, showing how the markers of race and racism influence our respective trajectories as research professors. We seek to give clues and visibility to the challenges faced in these crossings, as well as our agency tactics. Thus, it is our objective to present, from black feminist autoethnography and dialogue, practices, epistemes and praxis carried out by us: black doctoral professors in graduate programs.

Keywords: black autoethnographies. Women. Science. Postgraduate studies.

Para o início do diálogo

Temos por intenção, no presente texto, trazer algumas de nossas experiências e experienciar sobre mulher negra e ciência, evidenciando como os marcadores de raça e racismo influenciam em nossas respectivas trajetórias como docentes pesquisadoras. Dessa forma, buscamos dar pistas e visibilidade aos desafios enfren-

1 Pós -doutora em Ciências Sociais (Pontificia Universidad Católica del Perú).

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará- CE.

tados nessas travessias, bem como nossas táticas de agenciamentos. Assim, é nosso objetivo apresentar, a partir da autoetnografia feminista negra e dialogada, fazeres, epistemes e práxis realizadas por nós - Joselina da Silva e Maria Simone Euclides. Trata-se de uma construção a partir de duas vozes – presentes no texto – que conduzem um ecoar para além dos âmbitos individuais. Vimos realizando estudos e escritas à luz das teorias sobre autoetnografia. Sabemos que o pessoal é político, como nos instruíram os movimentos feministas estadunidenses – o Women’s Liberation Movement – desde os anos sessenta.

Dialogamos e apresentamos, de modo autoetnográfico, oportunidades e análises no campo da nossa atuação nos Programas de Pós-graduação, seja como docentes, orientadoras ou coorientadoras em temáticas étnico-raciais e de gênero. Como perguntas que atravessarão esse artigo trazemos: Mulheres negras moldam os espaços de produção de pesquisas? Que saberes são mobilizados no âmbito do movimento, encontro, fala e escuta entre professoras orientadoras e orientadas que pesquisam as questões étnico-raciais? De modo a complementar a discussão de Londa (2001) e ao mesmo tempo inserindo categorias pouco exploradas por ela, neste artigo partimos da interseccionalidade de gênero e raça. Pretendemos dialogar sobre as seguintes indagações: Mulheres negras na academia, alteram modos de pensar o conhecimento científico? Ou: Mulheres negras em universidades moldam currículos com as teorias feministas e racistas?

Nossas reflexões – de Joselina da Silva e Maria Simone Euclides - têm sido, com maior ênfase, nos âmbitos das teorias sobre mulher e ciência, racismos diversos e desigualdades de gênero e raça³. De modo específico, o ambiente de atuação das professoras doutoras negras, vem sendo nosso *locus* de análises e problematizações. Neste caminho, Layla D. Brown-Vincent Ana (2019) *vê a autoetnografia negra feminista como uma tentativa das mulheres negras de voltar a acreditar no poder de nossa produtividade informada por uma investigação rigorosa sobre nossas sempre vividas e já interseccionais lutas por libertação*⁴.

3 Dentre as produções autoetnográficas já realizadas por nós destacamos os seguintes artigos “Dialogando com as autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docente e Autoetnografias de professoras doutoras negras: espaços familiares de fortalecimento.

4 Tradução da autora. Black feminist autoethnography as Black women’s attempt to return to a belief in the power of our productivity informed by a rigorous inquiry into our lived always already intersectional struggles for liberation (p. 114).

Imperioso reiterar que a autoetnografia, enquanto proposta teórica e metodológica de pesquisa, faz-nos trilhar caminhos de compreensão de nossas práxis, ao lado de diferentes agências à luz de um contexto social macro. Frequentemente utilizada pelos grupos tidos como marginalizados - movimentos feministas, mulheres negras, população LGBTQi+ - trata-se de um dispositivo e uma perspectiva de pesquisa que vem sendo ampliada no campo dos estudos sobre as questões sociais de raça, gênero e sexualidades.

Nossas presenças nas ausências: Mulheres negras moldam a ciência?

Num texto publicado em finais dos anos oitenta, Velho e León (1997)⁵ já apontavam o alto grau de disparidade entre homens e mulheres atuando como cientistas e pesquisadoras na pós-graduação. As autoras falam em *gender tracking* entendido como um direcionamento educacional orientado para mulheres ou homens. Assim, determinadas carreiras, tais como as das ciências naturais, são norteadas aos homens e às áreas de humanas dirigidas como se fossem vocação das mulheres. Assim sendo, por razões sociais diversas – lembra a autora – as mulheres são posicionadas em disciplinas tradicionalmente tidas como femininas, quase sempre de menor status social e, por conseguinte, com remuneração inferior no mercado de trabalho.

Segundo as autoras Velho e León (1997), naquela década seria inferior o quantitativo de mulheres quando comparado aos homens, mesmo em caso de sucesso na carreira, onde as mulheres teriam ultrapassado diferentes barreiras e alçado ascender academicamente. No olhar de Velho e León (1997), uma das explicações para o fenômeno repousaria em diferentes fatores sociais, como o país, vida pessoal, área de atuação, política departamental ou universitária, estado civil, número de filhos, políticas públicas do país, estado ou cidade onde atua e ou reside.

Acrescentaríamos a estes, a estrutura de transporte e malha viária que possa permitir maior ou menor deslocamento entre a casa e o trabalho, sistema de creches – para dar suporte as que têm filhos menores – salários compatíveis com a condição de ter empregados domésticos, só para citar alguns.

5 <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474/2350>

Para as que vivem em regime de vida conjugal, a divisão das tarefas e responsabilidades da vida social podem ou não se transformar num transtorno para a dedicação à carreira. Todos estes fatores são intervenientes na produção acadêmica publicada em livros e capítulos de livros nacional e internacionalmente. Há também a participação em reuniões científicas, em números de estudantes orientandas/os, bem como a atuação em diferentes âmbitos da gestão universitária. Somam-se também os percalços oriundos do racismo estrutural, tão presentes nos âmbitos acadêmicos.

No texto *Barreras de género en el desarrollo profesional de la mujer universitaria*, Trinidad Donoso, Pilar Figuera e María Luisa Rodríguez Moreno (2011) argumentam sobre um número importante de pesquisas que evidenciam a persistência de obstruções que dificultam a ascensão profissional das mulheres. Segundo as autoras, este é um fenômeno resultante de condições sociais, nem sempre conscientemente percebidos por mulheres e homens. Podemos trazer aqui também o que propõem Donoso-Vázquez e Montané, Carvalho (2014) que nos lembram que “*las expectativas frustradas, el acoso sexual, la invisibilidad ante los colegas masculinos, las dificultades de conciliación familia-trabajo, los procesos de exclusión en la promoción profesional, etc.*” são, portanto, resultado de estereótipos socialmente construídos nos aparatos que determinam os lugares de gênero nos diferentes momentos sócio-históricos.

Desde la investigación se han elaborado tipologías de barreras atendiendo a: (1) si son internas o externas – línea difícil de determinar como se comprueba en los estudios–; (2) si pueden calificarse de sociales, interpersonales, actitudinales o interactivas; (3) si actúan antes o después de la inserción; (4) o si son producto de la interactividad de factores combinados en diferentes momentos de la carrera profesional (DONOSO-VÁZQUEZ, MONTANÉ, CARVALHO, 2014, pág. 189).

Referindo-nos às mulheres negras, reiteramos que os diferentes formatos de racismos também devem ser aquilatados na análise. O livro “O feminismo mudou a ciência?” escrito por Londa Schiebinger, traduzido em 2001 para o português, trouxe a discussão de como a inserção de mulheres no espaço acadêmico acrescem informações de saberes sobre gênero.

O jornal “Gênero e Número” publicou no dia 20 de junho de 2018, que “mulheres pretas com doutorado são 0,4% do corpo docente na pós em todo o país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes”. Ainda na visão do jornal:

O grupo com maior representação na docência de pós-graduação é o de homens brancos com doutorado: são 13.198, o que representa 24%. Já as professoras brancas com a mesma escolaridade na docência da pós são pouco mais de 10 mil, ou 19% do total de 53.995 professores nos cursos de doutorado, mestrado e especialização (2018).

Como bem salienta a Profa Zelma Madeira da Universidade Federal do Ceará - UFC, uma das interlocutoras da minha pesquisa de doutorado⁶ (Maria Simone Euclides), intitulada por “Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias - desafios e conquistas”: *ser mulher e ser professora parece que já vem algo consolidado há tempo. É como se não fosse um lugar deslocado* (EUCLIDES, 2017). No entanto, uma mulher negra ser professora universitária é praticamente uma conquista. É ser uma entre outras tantas docentes não negras que conseguiram romper com um ciclo cumulativo de violências objetivas e simbólicas.

Ser professora... para nós, é coisa importante. É chegar no topo. É dar conta de ser forte e digladiar/ sempre contra as adversidades que o racismo nos atravessa cotidianamente. E de um certo modo, uma conquista para boa parte da família, irmãs, irmãos, primos, mãe, pai, etc. As que abrem as portas, os caminhos para que posteriormente outras gerações se adentrem quer seja por cotas raciais ou não. (Zelma Madeira, 2015, apud EUCLIDES, 2017, pag. 11).

José Jorge de Carvalho (2006) professor e pesquisador da Universidade de Brasília, utiliza a expressão “confinamento racial” para falar da “branquitude” que impera no espaço acadêmico, bem como a maneira em que as questões raciais são tratadas

⁶ Título da tese: Mulheres Negras, Doutoras, Teóricas e Professoras Universitárias: desafios e conquistas. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26901/1/2017_tese_mseuclides.pdf

na universidade. Para este autor, “a segregação racial no meio universitário jamais foi imposta no Brasil legalmente, mas sua prática concreta tem sido a realidade do nosso mundo acadêmico. Tal fenômeno se instaura através de mecanismos diversos, como por exemplo, no transcorrer das etapas de seleção de professores nos concursos públicos. Insere-se, também, nas dimensões subjetivas e simbólicas, tais como na ideia de capacidade e incapacidade que pode seguir veladamente impedindo o ingresso de concorrentes negros/as.

No meu caso – Joselina da Silva, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – já ocorreu, num dos programas em que atuo, de alunas mestrandas relatarem – quando assistindo aulas das disciplinas obrigatórias – haverem sido expostas a situações de constrangimento propiciado por professores que não têm aderência aos temas de raça e gênero. Tais docentes chegaram a afirmar que as pesquisas apresentadas não se configurariam num tema de análise acadêmica. Note-se que uma abordava o Programa do Governo Federal PEC-G⁷.

Neste caminho, a pesquisa dialogava com alunas africanas de diferentes universidades e países e de como o racismo influenciava, ou não, suas práxis estudantis. A mesma desqualificação pública ocorreu com outra mestranda que estudava o silenciamento sobre as violências domésticas sofridas por mulheres evangélicas.

Importante observar que afirmações desqualificantes dessa natureza, realizadas com a presença de estudantes de diferentes linhas do programa e com formação acadêmica, ainda inicial, contribuem para a construção de inseguranças e incertezas, nas já vulnerabilizadas alunas, diante de situações outras de sexismo e racismo sofridas na própria universidade ou em seus cotidianos. Esta atitude docente pode também desestabilizar a relação orientadora/orientandos/as se considerarmos que o emissor da análise é um homem branco, o que já o constitui como proprietário do saber e da tradição analítica já academicamente consagrada.

Sob outro aspecto, a orientadora que é mulher e negra – por conseguinte muito próxima da identidade

7 Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) da alçada dos Ministérios das Relações Exteriores e o da Educação que financia estudantes de graduação oriundos de países em desenvolvimento que mantêm acordos de cooperação educacional e cultural com o Brasil. Para maiores informações, sugerimos: <http://www.dce.mre.gov.br/PECG.html>. Consultado em maio de 2022.

das/os orientandas/os – a depender de como essas alunas se percebiam como tal, pode já ser negativamente comparada com o professor, visto como detentor do “do saber”. Nesta perspectiva, a inter-relação entre subjetividade e objetividade – tão cara aos estudos autoetnográficos – permite a transcendência e a nomeação das violências de raça e gênero que acometem mulheres negras, sejam estas acadêmicas ou não.

O que denominamos por racismo institucional é naturalizado e reproduzido cotidianamente, além da segregação racial, gênero também configuraria este lugar como um espaço de arbitrariedade e poder masculino. Consequentemente, os desdobramentos da dominação masculina e a “superioridade racial” se coadunam com a relação entre poder e saber. Assim como quem tem direito a fala e a assunção da mesma. Mulheres negras representariam nesta sociedade – que ainda carrega os reflexos do escravismo – um corpo para determinados papéis sociais e econômicos, exceto o da intelectualidade. Como salientado por Bell Hooks (1995), essas mulheres são enxergadas como “corpos sem mentes”.

DE SOUZA, e DOS SANTOS VALENTIM (2020) elaborando sobre as professoras negras dos programas de pós-graduação na UFMG, afirmam sobre suas ausências no ensino superior. Segundo as autoras, esta constatação se aprofunda ainda mais quando se atenta para a pós-graduação stricto sensu.

A distribuição de professoras nos PPGs da UFMG segundo critérios raciais, evidencia que 66% da amostra se autodeclara branca, ou seja, mais da metade desta população. O segundo maior percentual refere-se às pardas, que representam 11% deste público. As professoras autodeclaradas pretas somam 2% do montante; seguidas das amarelas; 1%, e das indígenas, que não chegam a 1% do total. Chama atenção a quantidade de professoras que optaram por não declarar a sua pertença racial (15%) e aquelas que deixaram esse campo sem qualquer informação (5%). O que pode sugerir esse silêncio? (DE SOUZA, e DOS SANTOS VALENTIM. 2020, pag.7).

Nesses cenários, como é possível pensar a presença de mulheres negras na docência e a intelectualidade negra na academia, sobretudo, nos programas de pós-graduação? Situar mulheres e mulheres negras nas instituições de ensino superior em programas de mes-

trado e/ou Doutorado é não deixar de mencionar nossas presenças nas ausências, provocando análises, ao lado de construir novas categorias que ajudam na compreensão das desigualdades. Mais que isso, podem contribuir na proposição de agendas antirracistas, sexistas e anti-homofóbicas como, por exemplo, a retomada dos estudos de gênero e interseccionalidade de raça e sexualidades. Podendo provocar temáticas contextualizadas, embora ainda pouco pautadas nas instituições de ensino superior em diferentes áreas do conhecimento.

Oliveira (2006) realça que nas escolas, nas universidades, nos institutos de pesquisa e nos ambientes acadêmicos, em geral, os conhecimentos são construídos tendo o homem branco, hétero e adulto como referencial de ser humano. Dessa maneira, não apenas alguns se apropriam de informações e conhecimentos em benefício próprio, mas apenas sobre alguns e por alguns são construídos os conhecimentos. Assim, podemos nos embasar no que elaboram as autoras Donoso-Vázquez, Montané, Carvalho (2014).

Introducir la perspectiva de género en Educación Superior significa desarrollar una mirada crítica hacia las discriminaciones en el estudiantado universitario, extraer del alumnado la cosmovisión cultural de género-poder y adoptar una posición activa/participante con responsabilidad en los cambios sociales... Esto implica un cambio en los procesos de enseñanza-aprendizaje, en los contenidos conceptuales sobre la relaciones de género, en conocimientos no sometidos a la distorsión sexista, en metodologías didácticas no sesgadas por el género, en la identificación de elementos culturales que tienden a la dominación, en estrategias didácticas para el cambio y en la deconstrucción de identidades atravesadas por el género (DONOSO- VÁZQUEZ; MONTANÉ, 2014, p. 162).

Ainda seguindo as proposições analíticas destas autoras, uma vez que os contextos histórico-culturais produzem os processos de construção do conhecimento, a inclusão da teoria de gênero nos currículos nos permite abrir avenidas para uma educação emancipadora. Por nosso turno, pleiteamos que a inclusão dos pensamentos críticos e dos estudos concernentes às questões raciais são também pontos fulcrais para a formação de profissionais com

mentalidades libertadoras (DONOSO-VÁZQUEZ, MONTANÉ, CARVALHO, 2014).

Com as inserções de docentes negras nos programas de pós-graduação, duas dimensões do racismo são tocadas: o institucional e o epistêmico. Uma vez que ministramos as disciplinas, aqui elencadas, fomentamos, através de uma bibliografia negra, um diálogo de notoriedade e reconhecimento de epistemologias negras que na maioria das vezes não aparecem nas referências estudadas por mestrandas/os e doutorandas/os. Recorrentemente ouvimos destes/as estudantes que pela primeira vez se depararam com uma literatura elaborada por intelectuais negros e negras brasileiros ou não. Tais afirmações revelam as ausências dessas presenças durante o período da graduação. Citamos aqui as referências utilizadas para além dos nossos artigos, dissertações e teses a intelectualidade de Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro, Lélia Gonzales, Bell Hooks, Luiza Bairros, Patrícia Hill Collins, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Neusa Santos Sousa, Grada Kilomba, Angela Davis e os intelectuais Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Silvio Almeida e Frantz Fanon, Ochi Curriel, Anny Ocoro Loango, entre vários(as) outros (as).

A inclusão de referências bibliográficas negras, nos planos de cursos, o mapeamento de epistemologias ditas não oficiais, narrando histórias, identidades e memórias tidas como fora do que é manifesto como conhecimento científico são iniciativas e metodologias que vão paulatinamente trazendo ao horizonte acadêmico, um cenário em que gênero e raça se ancoram numa perspectiva autoetnográfica. Outros “objetos de estudos”, bem como pesquisadoras/es, tomam para si a centralidade do debate, interseccionando experiências e teorizações do vivido de modo a compreender de forma tangível atravessamentos em sua própria dimensão de vida. Podemos afirmar que da problemática sentida ao entendimento das lacunas epistêmicas e metodológicas nestas discussões, partimos para a busca de referenciais que nos auxiliem nas análises sobre as relações raciais no Brasil Contemporâneo e Educação.

Seguindo na análise sobre a relevância de nossas – de professoras negras - presenças nos cursos de pós-graduação, observemos o que nos informa um aluno doutorando, ao fazer uma retrospectiva de uma das disciplinas ministradas por mim e outras duas professoras afro-latinoamericanas.

A minha escolha em participar da disciplina foi com objetivo conhecer a produção das mulheres da América Latina, como nos aponta Lélia Gonzales, buscando me assenhorar de conhecimento capazes de melhorar o meu entendimento sobre os movimentos feministas, por estar ciente da minha obrigação de ser participativo... Como apontados nos textos trabalhados, resistência, superação e insurgência são palavras suleadoras da construção das escritas produzidas pelas intelectuais negras estudadas, assim como nas falas das professoras... Esse estudo... se coaduna com diálogos e orientações de minha mãe, irmãs (Dionilce e Maria) e mulher (Jane). Preciso compreender o mundo feminino e suas questões... Com as trocas ocorridas em aula, pude desaprender práticas estereotipadas e, principalmente, buscar ser pai melhor no relacionamento com Laila e Isis.⁸

Professoras doutoras negras, quando estão nos programas de pós-graduação, podem também ser as que agenciam redes e parcerias, projetos de extensão junto a professores, professoras e estudantes da Educação Básica, na organização de cursos, oficinas de capacitação tendo como foco o diálogo sobre fortalecimento das identidades negras e capacitação de docentes para uma perspectiva educativa antirracista.

Aqui, temos como exemplo, o Curso de Extensão em Epistemologias Negras, ofertado pelo Grupo de Estudos Educação, Gênero e Raça (Educagera⁹) em parceria com a Cátedra Paulo Freire, ambos da Universidade Federal de Viçosa e o oferecimento do curso preparatório para ingresso na pós-graduação realizado também pelo mesmo grupo. Tais atividades tem engendrado saberes, possibilidades de diálogos e formação antirracista e antissexista no processo de construção de docentes com reflexão e práxis antirracista e antissexista, atraindo estudantes, brancos e não brancos.

É deste lugar que surgem as disciplinas, ministradas por mim - Joselina da Silva - sempre em parceria com outros (as) docentes. Neste caso, com a Profa. Dra. Zelma Madeira da Universidade Federal do Ceará (UFCE), no período de agosto a dezembro de 2011, no Programa de Educação da Universidade

Federal do Ceará (UFC). Temos aqui a afirmação elaborada por uma ex-aluna, hoje professora doutora, atuando no Instituto Federal do Ceará (IFCE) e uma respeitável pesquisadora e ativista na luta antirracista e antissexista.

A disciplina propiciou um conhecimento acerca dos movimentos sociais negros no Brasil e na América Latina, a minha experiência foi bastante positiva, visto que, possibilitou um aprendizado e visibilidade de negros e negras que foram fundamentais para o enfrentamento e combate ao racismo. Para mim, foi tudo novo, pois não tive acesso à graduação, até mesmo por esta temática ter sido novidade no meu universo acadêmico. Afinal, foi por meio dessa disciplina, que me aproximei da minha história, aprendi a reorientar o meu caminhar acadêmico, a partir dos conhecimentos adquiridos.¹⁰

Vemos então, que a formação sobre estes temas, supera os dois anos de mestrado ou os quatro anos de doutorado. Numa oportunidade mais recente, tivemos o curso Tópico Especial em Pensamento de Mulheres Negras na América Latina – setembro a dezembro de 2020 – onde atuei – eu, Joselina da Silva - em companhia das professoras Anny Ocoró Loango (UNTREF-FLACSO), radicada em Buenos Aires, argentina e a professora Teodora Hurtado Saa (Universidad de Guanajuato (UGTO) radicada no México. A esse respeito, assim se refere uma das discentes:

As aulas da disciplina “Tópico especial em pensamento de mulheres negras na América Latina” foram de extrema importância para minha formação acadêmica e pessoal ao trazer pelos textos das autoras escolhidos para a disciplina, como Sueli Carneiro e Ochy Curiel, e também pelas vozes das professoras Anny Loango e Teodora Saa outras perspectivas sobre ser e estar, enquanto mulheres negras, protagonizando a produção do conhecimento científico e da ação política na América Latina. Através de suas palavras, pude entrar em contato com o conhecimento advindo de suas lutas, onde o corpo negro adquire outras projeções fora do perfil colonial e, desta forma, promove conflitos e reconfigurações em diferentes níveis da sociedade latino-americana (cultural, econômico, estrutural e político), permitindo assim

8 Diomário da Silva Junior, doutorando do Programa de Educação, UFRRJ

9 Grupo de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa- MG, certificado pelo CNPq cuja objetivo é dialogar sobre educação, gênero e raça em espaços formais e informais.

10 Cristiane Sousa da Silva - Doutora e Mestra em Educação pela UFC, Professora do Instituto Federal do Ceará – IFCE.

assim a ampliação do repertório teórico-metodológico dentro da minha pesquisa e o repensar de minha ação enquanto uma pesquisadora-agente negra na sociedade brasileira.¹¹

Ao longo do semestre ou no último dia, reservado para a avaliação dos cursos, frequentemente ouvimos estudantes afirmar que independentemente de estarem no mestrado ou doutorado, aquela havia sido a primeira oportunidade em suas trajetórias acadêmicas que haviam sido tão intensamente expostos (as) às epistemologias diferentes das eurocentradas num programa de disciplina. Havia sido compartilhadas no fazer didático de um curso. Nesse momento, assim se expressou outra discente, ainda sobre a disciplina *tópico especial em pensamento de mulheres negras na América Latina*.

Posso dividir a experiência em três sensações:

1- estranhamento: nunca tinha ouvido falar sobre o pensamento de mulheres negras afrolatinas, só conhecia feminismo pelo viés norte americano trazido por Patrícia Hill Collins e Ângela Davis; 2- representatividade: estar em uma turma na pós- graduação em que a maioria era composta por alunas negras foi de um acolhimento gigantesco; 3- Rigor acadêmico- ler textos, pesquisas sobre o cotidiano de mulheres negras na América Latina, me ajudou muito a visualizar nossas discussões cotidianas em forma de escrita científica.¹²

Este breve pronunciamento nos induz a refletir no tocante à pertinência de professores (as) com o nosso perfil, quando estamos presentes em determinados espaços de construção do conhecimento, no que concerne a demarcar a criticidade e relevância do pensamento negro e indígena. Ou seja, ao realizarem suas pesquisas, não raro há momentos em que estudantes se encontram com as temáticas estudadas e são atravessadas por elas, mesmo após as qualificações ou defesas. Dito de outra forma, as indagações modelam modos de ver o mundo e compreender as relações raciais e desanuviam, ajudando a se entenderem como sujeitas/os no mundo e em luta por uma sociedade antirracista e antissexista.

No meu caso – Maria Simone Euclides – foram incontáveis as vezes em que estudantes negras confidenciaram a alegria de verem uma professora doutora negra na docência “eu também posso!”. Tal reconhecimento perpassa a travessia desses (as) estudantes que, por vezes, tem apenas uma ou duas docentes negras em sua formação. A vinculação temática e as possibilidades de realizar pesquisas científicas no âmbito dos contextos racializados na educação passa a ser um caminho viável para que cada uma dessas estudantes se aperfeiçoem. Procuram-nos enquanto “referências” e orientadoras. Aqui relato, que dessas orientações saem trabalhos marcadamente advindos de experiências reais do racismo e sexismo no campo educacional. E isso é uma grande conquista, pois há um comprometimento maior em não só entregar um documento à instituição (dissertação ou tese), mas a seriedade de tecer nas linhas do trabalho intelectual devires outros para avançarmos na igualdade racial e de gênero.

Tal foi o experienciar durante as trocas tecidas na disciplinas ministradas por mim – Maria Simone Euclides, sobre relações raciais no Brasil Contemporâneo. Nesta disciplina, trabalhamos com textos base para a reflexão do racismo e sexismo estrutural. Foi um momento de muita enunciação e anunciação, lembranças das infâncias, das primeiras etapas escolares, rememorando e compreendendo em quais momentos da vida o racismo se pronunciou mais alto, bem como a dimensão da diversidade sexual. Das narrativas saíram a indignação em como o racismo ainda estrutura as nossas relações e torna desigual a população negra. Além disso, exercitamos uma certa rebeldia no sentido de pensar em propostas antirracistas e antissexistas no campo da educação.

Os questionamentos e fissuras ultrapassaram a sala de aula, chegando ao ponto de alguns (algumas) estudantes relatarem que a partir das discussões realizadas naquelas quatro semanas de aulas, buscariam fomentar diálogos entre a gestão e educadores/as. Outro discente compartilhou que a partir de sua inserção em movimentos sociais ligados a igreja, disse que estava promovendo diálogos e a criação de duas frentes no movimento eclesial: LGBTQi+ e movimento negro. Ademais, a passagem a seguir contempla a potência dos devires de raça e gênero em um programa de pós-graduação em educação, dialogando seja com mestrandos/as egressos da Pedagogia, ou seja, de ou-

¹¹ Maria Carolina Almeida de Azevedo, mestrado em Educação com ênfase em Diversidades e Relações étnicorraciais - PPGEduc/UFRRJ.
¹² Carolline Sotero é mestranda em educação na UFRRJ.

-tros cursos.

“Se um negro e um judeu se apresentarem na porta de um local onde ambos são indesejáveis, o judeu poderá entrar se não for descoberto que é um judeu, mas o negro será barrado na porta, por causa da geografia do seu corpo.” Jean Paul Sartre, citado por Munanga (2010). Início com essa frase por ela ter me marcado muito durante essas aulas. Este primeiro momento da disciplina me fez e continua me fazendo refletir e querer ter mais conhecimento teórico da questão racial, um incômodo muito bom para que eu possa repensar meu objeto de pesquisa, pensar no que será alterado para inserir a discussão de raça. Não há como fazer uma pesquisa com famílias beneficiárias dos serviços socioassistenciais sem falar da questão racial, sem citar os dados comprovados que a grande maioria dos demandantes das políticas sociais é negra. (Marielle Franco¹³, Doutoranda em Serviço Social, 2022).

Coincidentemente, neste mesmo período, 2022/1, fui – eu, Maria Simone Euclides - convidada para ministrar uma palestra no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFBA. Levei o debate relacionado à importância e desafios de raça e gênero no Ensino Superior. Boa parte dos presentes trouxe à tona a reflexão das ausências de oportunidades - destes, nas pesquisas e no campo teórico do Serviço Social. Ao apontarmos as lacunas, abriram-se frestas para um diálogo propositivo sobre estes temas, também naquele lugar de saber.

Seguimos comungando com a professora Zelma Madeira, quando ela apresenta a seguinte narrativa:

o nosso trabalho, é um trabalho que tem que render garantias das condições objetivas que é salário. Mas é esse trabalho que dá sentido a uma visão de mundo, a uma construção de um outro mundo possível, entende? Então eu luto para eu poder ter dinheiro para pagar minhas contas, comer, para poder ter as condições. Mas eu luto por um ideal de projeto. Eu acho que é isso que tem de específico em nós mulheres negras. Uma mulher negra consciente no sentido de querer romper com essa sociedade, com essa discriminação é fortalecer o perfil identitário de nós, negros. A gente tem que lutar para entrar no mercado de trabalho, que é uma confusão para gente

poder ser concursada. E feliz daquele que é concursado, que tem suas condições de dinheiro garantida, crescendo que nesses espaços onde nós vamos, nós não somos reconhecidos, a sociedade historicamente não nos tinha lá. (Dandara, 2015, apud EUCLIDES, 2017, pág. 198).

Professorar é contribuir de modo efetivo com discussões que tangenciam a problemática racial dentro do espaço acadêmico. Assim, para além da necessidade objetiva, que é a de obter um salário que permita uma qualidade de vida, não se trata somente de um projeto individual, mas em um dever/fazer presente em práticas pedagógicas profissionais a saber, comprometidas com uma ciência plural e uma sociedade mais humanizada (EUCLIDES, 2018).

Seguimos em diálogo também com o pensamento de bell hooks em seu livro “Ensinando a transgredir” quando ela afirma que o espaço da sala de aula é um espaço de encontro, criação e reinvenção de discursos, narrativas e conhecimentos. Logo, professorar torna-se um ato potente de desconstruir e construir epistemologias e metodologias no ato de pesquisar e a ampliação de modo mais amplo na interpretação da realidade tal como ela é.

Ademais, “o fato de sermos poucas figuras negras em posição de “destaque” nas universidades tendo em vista que, na maioria das vezes, tem-se negros e negras como funcionários da limpeza, é uma relação de muita responsabilidade e comprometimento com a docência. A percepção desta representatividade foi vivenciada por mim – Simone Euclides - durante a dissertação de mestrado.¹⁴ Na época do mestrado, quando fui pela primeira vez à Instituição para coletar os dados para pesquisa, fui confundida com uma funcionária da limpeza. Um misto de curiosidade e espanto tomou conta daquele lugar, tanto de pessoas negras quanto de não negras: “quando você foi contratada?”, “de onde você veio?”

Para além dessa situação que passei a minha presença enquanto mestranda, culminou no incentivo para as demais funcionárias negras que atuavam como serviços gerais: “onde você estudou? “foi difícil?” Uma delas disse que iria voltar a estudar porque me viu como pesquisadora. Dados os recortes de lugares que nos separavam das mesmas condições laborais,

¹⁴ Título da dissertação: O acesso ao ensino agrotécnico como fator de emancipação e formação profissional de jovens negras. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4163/1/texto%20completo.pdf>

¹³ Nome adotado de modo a preservar a identidade da discente.

partilhávamos da mesma condição de distinção, a saber, a negritude. O fato de conhecerem uma jovem negra e pesquisadora, as impulsionou a querer voltar para os estudos novamente. (EUCLIDES, 2018).

Para continuarmos autoetnografando sobre a pós-graduação

MIRZA (1995), autora de um dos artigos inaugurais sobre docentes em programas de pós-graduação, dá início ao seu texto, fazendo uma provocadora interrogação, onde questiona sobre como nós, mulheres e negras buscamos, encontramos e quais as estratégias adotamos para nos mantermos na Educação Superior. Segundo ela, há uma pressão masculina que busca realçar as deficiências e enfatizar nossa baixa autoestima e, por conseguinte, nos impulsiona a buscar num outro -masculino- os exemplos de sucesso a serem seguidos. Como consequência, desviamos nosso olhar das causas reais dos efeitos do racismo e da discriminação sobre nós.

A autora segue afirmando que a força que impulsiona as mulheres negras, vem de baixo e não de cima. Ou seja, apesar do quadro inóspito, somos nós mesmas inspiradas pelo esforço de mulheres negras, em todos os lugares que nos inspiramos. Ou seja, o movimento vindo de baixo - que no caso brasileiro pode ser entendido como as ações dos movimentos de mulheres negras - é que nos alavanca para cima.

Em nosso caso – Joselina da Silva – recebemos alunos/as mestrando/as ou doutorando/as quase sempre, advindo/as de uma experiência pouco exitosa na etapa de formação anterior. Vários/as chegam com inseguranças na escrita e no enunciar de seus diálogos com referenciais bibliográficos. Alguns/mas aproximam-se de mim – Joselina da Silva, professora da UFRRJ - muito mais pelo meu pertencimento racial e de gênero, do que pelos conhecimentos formais e acadêmicos publicamente disponibilizados. Embora, num primeiro momento, estes perfis se constituam num elo condutor de uma exitosa parceria orientadora /orientando (a), ao longo dos cursos, pode vir a se transformar num entrave para o desenvolvimento do trabalho, que ao fim e ao cabo pode interferir na tão propalada neutralidade científica.

Nesta direção, as situações de racismo institucional dão margem ao surgimento de incertezas, por parte do

(a) orientando (a), sobre a envergadura acadêmica, bem como, o acúmulo de conhecimento científico da docente. Quando se trata de homens discentes, acrescente-se a estes fatores anteriormente elencados, o sexismo. Podendo se converter em resistências, de diferentes ordens. Portanto, todos estes fatores são fortalecidos por análises, muitas vezes desqualificadoras, abrigadas nas falas de professores – homens brancos em sua maioria – quando os trabalhos são apresentados em salas de aula ou em conclaves acadêmicos.

Assim, mediante qualquer desacordo na metodologia, sugestão bibliográfica ou condução do trabalho – tão comuns neste âmbito de formação – podem vir à tona os processos de baixa autopercepção, no tocante às identidades racial e ou de gênero, já instalada no (na) orientando (a), alicerçados pelo racismo. Ou seja, como o referencial acadêmico é pautado numa matriz europeia, tendo o homem, branco, hetero e europeu como ponto fulcral, como dissemos a orientadora em que se transforma na antítese desta construção. O que pode provocar fissuras na imagem positivada, anteriormente elaborada sobre ela, escolhida como alguém que será partícipe – dois anos (mestrado) ou quatro anos (doutorado) – daquela trajetória acadêmica, em construção.

Esses (as) orientando/as, na maioria das vezes, carregam trajetórias que rompem com o funil das desigualdades, no qual os marcadores de gênero, raça e classe se fazem presentes. Assim, como tantas outras mulheres negras galgando caminhos nos espaços públicos e /ou de poder, mudam com a lógica social de que o lugar de mulher negra é e sempre será em ambientes subalternizados e na servidão. Trata-se de orientações de vidas construídas de modo a agarrar com afincos as oportunidades que surgem ao longo dos caminhos que encaram a escolarização como processo de mobilidade social. Muitas delas marcadas por conflitos e confrontos. As escolhas, ao se organizarem entre o trabalho e a formação como, por exemplo, morar com parentes, dividir casa com amigos (as), viver de aluguel, trabalhar e estudar, dentre tantas outras estratégias, configuram como mais um desafio a ser rompido na busca de um diploma e formação superior.

Alguns (algumas) discentes sob minha orientação – Eu, Joselina da Silva - vem tentando se beneficiar do doutorado sanduíche (SWE), que permite um estágio de três a doze meses num país estrangeiro, a escolha

a escolha do(a) candidato(a). Trata-se de um direito universalmente disponibilizado a todos(as) os(as) estudantes naquele momento formativo, mas, de difícil benesse à maioria dos estudantes com os quais temos atuado na pós-graduação. O perfil mais recorrente em nosso grupo é de mães, esposas e/ou trabalhadoras, em diferentes áreas, o que torna inviável uma ausência que se prolongue por um período mais prolongado. Razões que colaboram com o afastamento da oportunidade de usufruir deste benefício das políticas públicas educacionais. A premência em terminar o curso e ingressar no mercado de trabalho toma primazia em muitos dos planos pessoais.

Vale ressaltar que nos raros casos em que esse perfil se aplica, encontramos ainda o desconhecimento desta política pública. Muitos alunos terminam o doutorado, sem ter esta informação. No atual governo, sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro, o Ministério da Educação acrescentou uma dificuldade que atinge em cheio o grupo de estudantes com formação mais precária ou com baixo poder aquisitivo. Ou seja, mesmo os candidatos a países de língua portuguesa – de acordo com as novas determinações – devem ser aprovados no certificado internacional do TOEFL, o que exige um sólido conhecimento em Língua Inglesa, muitas vezes ausente do currículo destes(as) orientandos(as).

Abraçando ideias de estudantes negros, negras ou não - para ingresso na pós- graduação - orientamos temáticas raciais, tendo em vista que a mesma ainda é pensada como irrelevante para compreendermos as desigualdades sociais no país e, conseqüentemente, segue como um tema de pouca aceitação em alguns programas de pós – graduação. E isso limita a aprovação de estudantes que queiram discutir as questões atinentes às raciais nos processos seletivos de mestrado e doutorado nestas instituições.

Outra questão proeminente para pensarmos a contribuição de mulheres negras nos espaços acadêmicos é a problematização de categorias ditas universais como, por exemplo, refletir sobre a condição de mulher em suas múltiplas dimensões e interseccionalidades. Seguindo para as considerações finais, destacamos que é preciso que os espaços acadêmicos, lugares de problematização e construção de teorias científicas sejam cada vez mais enegrecidas. Quantas somos nos programas de pós-graduação?

Quantos somos orientando pesquisas e pensando em proposições antirracistas e antissexistas? Como a ciência pode ser feita de povo e para o povo preto e branco? Como podemos pensar as interseccionalidades de raça e gênero nos cursos de formação tanto de Licenciatura quanto de Bacharelados? Nos cursos de Medicina, por exemplo, pensando na saúde da mulher, maternidade, parto humanizado, violência obstétrica, dentre outros. No Direito, os estudos sobre a Lei Maria da Penha, o crime de feminicídio, os assédios, a Lei Caó de criminalização do racismo...Nos estudos sobre pobreza a intersecção entre raça e gênero...

Pensares Conclusivos

Voltando à questão inicial: Mulheres negras moldam a ciência, a teoria? Sim e mais que isso, mulheres negras, cientistas, pesquisadoras e educadoras, demarcam que o lugar de uma mulher é onde ela quiser. Uma vez que se engendra num sujeito que pensa, que indaga, que questiona e que propõe. Ao mesmo tempo, tece relações entre teoria e práxis, problematiza o racismo, a conjuntura racial, a maternidade negra, o genocídio da juventude negra, a violência doméstica, os saberes do terreiro, dentre outros. São saberes corporificados e encharcados de pedagogias de resiliências e ativismo teórico/metodológico, de modo inteiro, inseparável das experiências cotidianas. Um trabalho educativo para a educação antirracista; na luta para a efetivação da Lei 10.639/2003 nos currículos, a disciplina de Educação e Relações étnico raciais e de gênero como conteúdo importante na formação de estudantes da licenciatura e bacharelado, e da pós-graduação, na interseccionalidade de raça, gênero e classe nos diversos debates acadêmicos.

Neste sentido, argumentamos que a presença de mulheres negras na academia trouxe e traz novos elementos para se pensar a escrita em primeira pessoa, situada em seus respectivos “lugares” de pertencimento, como nos conduz a bibliografia sobre autoetnografia. Como foi dito pela Profa. Sandra Petit da Universidade Federal do Ceará: “a universidade somos nós. Então, se somos nós, o que a gente escreve, deve ser considerado.” Ou de outro modo, sim, nossa presença nos espaços acadêmicos, constituindo-se em zonas de desconstrução e enfrentamentos.

Embora referendadas, o racismo não nos deixa passar sem sermos alvo de suas ações. Mesmo sendo docentes e doutoras, continuaremos a ser mulheres e negras encampadas por todos os estereótipos que nossa corporeidade carrega. Estamos nos espaços de representatividade também na propagação científica, nas pós-graduações, orientações de mestrado e doutorado, no campo das Ciências da Educação. Ao interseccionalizarmos as dimensões raciais em nossas práxis educativas, anunciamos diálogos, reflexões acerca do racismo, raça e sexismo nos espaços acadêmicos, o que engrandece a construção de uma ciência mais humana, crítica, provocativa e propositiva.

Portanto, temáticas sobre a condição de mulheres negras, dentro e fora dos espaços acadêmicos, transversalizadas nas disciplinas, no olhar sobre o racismo, nas pautas de gênero e anti-homofóbicas, podem favorecer a estruturação de tensões, quase sempre encobertas sob a escusa de que tais estudos não estão sendo elaborados à luz das epistemologias clássicas do saber. Se pensarmos assim, podemos afirmar que mulheres negras, nas universidades, contribuem para apresentar novas narrativas e propostas de investigação que possivelmente não apareceriam de modo recorrente.

Ademais, a presença negra nos espaços acadêmicos permite introduzir lentes plurais de maneira a compreender trajetórias negras nas diversas arenas sociais. São vozes e fazeres de um pensamento muitas vezes ancorado na materialidade da negritude, em suas trajetórias de vida e em travessias, muitas vezes marcadas por desafios, situações de racismo, enfrentamentos, resiliências e também potencialidades no que tange à dialogicidade antirracista. Assim, colocamo-nos aqui, neste lugar de agência, de movimentos e questionamentos, no âmbito da pós-graduação

Assim, não é somente estarmos nas universidades enquanto números, quantidade de professores negros na docência, mas o estar no sentido qualitativo, de pessoas que agora ocupam um lugar de “excelência” na sociedade, e que por esse motivo, reivindicam a partir de suas posturas críticas e reflexivas, novas formas de pensar, falar e dizer sobre a negritude. O olhar de gênero e raça, violência, o patriarcado, o racismo e a condição das mulheres negras, o aumento das pesquisas e publicações de temáticas são cruciais a respeito da condição feminina. Constituem-se como a ponte

entre a elaboração de políticas públicas antirracistas e feministas a partir do olhar totalizante sobre o ser mulher na atualidade dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Ao relatarmos nossos feitos e nossas agências nos programas de pós-graduação, é primordial ressaltarmos a necessidade que as políticas de ações afirmativas para ingresso de docentes negros e negras nas universidades públicas sejam de fato efetivadas. Como bem sabemos, ainda padecemos do racismo institucional.

Entendemos que mais presenças negras em espaços de agências de conhecimentos como, por exemplo, os programas de pós-graduação mobilizam discussões, teorizações e contribuições para um debate mais plural a respeito do que se tem dialogado nos cursos de pós-graduação. Essas agências mobilizam também pessoas não negras a ampliarem suas ancoragens teóricas e sobretudo, uma abertura e sensibilidade para encarar a interseccionalidade também em suas discussões, teorizações e orientações.

E isso é um ganho e um caminho efetivo para que consigamos romper com o confinamento racial de antemão já demarcado por uma corporeidade não negra. Pessoas negras também agenciam e produzem conhecimentos dentro e fora da academia, estudantes negros e não negros também carecem de conhecerem referências que dialoguem com o vivido, com a realidade e suas desigualdades raciais.

Esse conhecimento é primordial para avançarmos em trabalhos acadêmicos que consigam transpor uma realidade distante por vezes europeizadas, para a um tecido social repleto de complexidades, nuances que para serem desveladas é necessário o reconhecimento dessa realidade a luz de teóricos e teóricas que veem dialogando com profundidade e seriedade as problemáticas raciais no campo da Educação: cotas raciais, racismo no cotidiano escolar, evasão escolar, efetividade da Lei 10639/2003 e da Lei 11645/2008, educação antirracista debates caros e necessários no cenário educacional.

Referências Bibliográficas

- BROWN-Vincent, L. D. Seeing It for Wearing It: Autoethnography as Black Feminist Methodology. *Taboo: The Journal of Culture and Education*, Boston, v.18, nº 1, 2019. <https://doi.org/10.31390/taboo.18.1.08> Disponível em: <https://digitalcommons.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1212&context=taboo>.
- CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*. Brasília, UniCEUB, FACJS, vol.2, n.1, 2007. Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/pade/article/view/144/133>. Acesso em: 20 de abr. 2022
- DA SILVA, Joselina; EUCLIDES, Maria Simone. Autoetnografias de professoras doutoras negras: espaços familiares de fortalecimento. *Revista INTEREDU*, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 99- 127, July 2021. ISSN 2735-6523. Disponível em: <https://revistainteredu.com/index.php/interedu/article/view/91>>. Acesso em: 09 dec. 2022
- DONOSO-Vázquez, T., MONTANÉ, A.; Pessoa de Carvalho, M. E. Género y Calidad en Educación Superior. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, v.17, nº 3, p.157–171, 2014. <https://doi.org/10.6018/reifop.17.3.204121>
- DE SOUZA, Fernanda Aparecida; DOS SANTOS VALENTIM, Silvani. A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 13, n. 42, p. 45-61, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11041>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.
- DONOSO-VÁZQUEZ, Trinidad; FIGUERA, P.; RODRÍGUEZ, Maria. Barreras de género en el desarrollo profesional de la mujer universitaria. *Revista de Educación*. Madrid, v. 355., p.187-212, 201.
- EUCLIDES, Maria Simone. Mulheres Negras, Doutoradas, Teóricas e Professoras Universitárias: desafios e conquistas. 2017. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Centro de Ciências Humanas, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- EUCLIDES, M. S.; SILVA, J. da. DIALOGANDO AUTOETNOGRAFIAS NEGRAS: interseções de vozes, saberes e práticas docentes. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 33-52, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i32.5042. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5042>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 10 mai 2022
- MIRZA, Heidi Safia. Black women in higher education: defining a space/finding a place. *Feminist academics: Creative agents for change*, p. 145-155, 1995. Acesso em: 8 de dezembro de 2022
- OLIVEIRA, Eliana de. Mulher negra professora universitária: Trajetória, conflitos e identidades. Brasília: Líber Livro Editora, 2006
- SCHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC, 2001 [original em inglês: *Has feminism changed science?* Cambridge, Harvard University Press, 1999].
- VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 10, p. 309–344, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474>. Acesso em: 26 maio, 2022.